1.A expedição da competente Portaria de Demissão, para a formalização do ato;

2.A notificação do servidor para que seja cientificado desta decisão e proceda à entrega imediata de sua carteira funcional, insígnias, distintivos, armas e quaisquer outros bens ou documentos que o identifiquem na qualidade de servidor policial, nos termos do parágrafo único do art. 153 da Lei Complementar nº 13/94;

3.A remessa dos autos ao Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Estado do Piauí para que proceda aos devidos registros da penalidade nos assentamentos funcionais do ex-servidor e adote as demais providências administrativas e financeiras decorrentes.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Teresina, 03 de março de 2026.

ANTÔNIO LUIZ SOARES SANTOS

Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí

(Transcrição da nota DECISÕES de Nº 8277, datada de 27 de março de 2026.)

DEMONSTRATIVO

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Teresina - PI

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

PKF Affiance Brazil

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO
ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

Teresina, 23 de março de 2026.

CE-253-2025.1

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Teresina - PI

Atenção dos Diretores e Acionistas

Prezados,

Temos a satisfação de compartilhar com V.Sas. o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR** (CNPJ nº 07.995.466/0001-13) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Este relatório final é o resultado de uma minuciosa auditoria, com o objetivo de oferecer uma visão completa e embasada sobre a situação financeira e patrimonial da Entidade.

Durante os procedimentos de auditoria, enfrentamos desafios significativos que demandaram uma abordagem criteriosa e detalhista. Superar esses desafios reforça nosso compromisso em fornecer informações apropriadas e relevantes.

Acreditamos que nosso relatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis a seguir, fornecerá informações valiosas para a compreensão da performance do **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR** e contribuirá para direcionar futuras estratégias.

A confiança depositada em nosso trabalho é de extrema importância e nos motiva a continuar aprimorando nossos processos e serviços. Portanto, estamos à disposição para esclarecer para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário e comentários da administração.

Atenciosamente,

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC Nº 2SP025652/O-0

Cleverson Lacerda Silva
Sócio
CTCRC N° 1SP289079/O-0

Fred Heury de Almeida Rocha
Sócio Responsável Técnico
CRC Nº PI-011270/O-7

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).

PKF Affiance Brazil

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 4
Balanço Patrimonial 7
Demonstrações do Resultado 8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 9
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido 10
Demonstração do Fluxo de Caixa 11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis 12

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2° Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR

CE-253-2025.1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração da
ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR (Entidade)** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que inclui a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2° Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

Ênfase

Recebíveis do Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa em atraso

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6 das Demonstrações Contábeis, a qual informa que a Entidade possui o montante de R$ 8.999.999 em atraso, registrado na rubrica Convênios e Subvenções a Receber, referente ao Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI. Esse contrato tem como finalidade a gestão administrativa, a contratação de pessoal e a aquisição de equipamentos destinados à Nova Maternidade D. Evangelina Rosa. A realização destes recebíveis em atraso depende da conclusão do processo de análise das prestações de contas por parte da SESAPI que encontra-se em atraso. Nossa opinião contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que inclui a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2° Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 23 de março de 2026.

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

Cleverson Lacerda Silva
Sócio
CTCRC N° 1SP289079/O-0

Fred Heury de Almeida Rocha
Sócio Responsável Técnico
CRC Nº PI-011270/O-7

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO
ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Balanço Patrimonial
Exercício Findo em dezembro de 2025 e 2024

Balanço Patrimonial apresentado em Reais

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo Circulante				**Passivo Circulante**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.009.116	1.031.724	Fornecedores de bens e serviços	9	2.704.220	3.378.628
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	5	17.084.768	25.264.863	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	7.233.677	6.406.837
Convênios e Subvenções a Receber	6	11.838.397	8.507.280	Outras Obrigações		6.350	14.032
Estoques	7	11.554.236	12.112.519	Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11	10.765.177	9.392.228
Ativo Fiscal		3.508	1.865			**20.709.424**	**19.191.725**
Despesas Antecipadas		-	64.598				
Adiantamentos		796.039	863.218	**Passivo Não Circulante**			
		43.286.064	**47.846.067**	Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11	85.904.793	86.604.927
						85.904.793	**86.604.927**
				Patrimônio Líquido			
Ativo Não Circulante				Patrimônio Social		2.260.282	2.260.282
Imobilizado	8	63.686.177	69.267.294	Superávit Acumulado		(1.902.258)	9.056.427
		63.686.177	**69.267.294**			**358.024**	**11.316.709**
Total do Ativo		**106.972.241**	**117.113.361**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**106.972.241**	**117.113.361**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Demonstrações do Resultado
Exercício Findo em dezembro de 2025 e 2024

Resultado do exercício apresentado em Reais

	Nota	2025	2024 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	14	216.102.122	210.894.678
Custo com Serviços Prestados	15	(188.022.060)	(157.998.144)
Custo com Produtos Vendidos	16	(5.803.693)	(10.486.541)
Superávit Operacional Bruto		**22.276.369**	**42.409.993**
(Despesas) com Atividades de Saúde			
Despesas Administrativas	17	**(34.764.934)**	**(40.511.196)**
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais			
Outras Receitas Operacionais		32.953	353.571
Outras Despesas Operacionais		(10.496)	(479.239)
(Déficit) Antes do Resultado Financeiro		**(12.466.108)**	**1.773.129**
Resultado Financeiro Líquido	18	1.507.423	97.431
(Déficit) Superávit do Exercício		**(10.958.685)**	**1.870.560**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Resultado abrangente apresentado em Reais

	Nota	2025	2024 Reapresentado
Superávit (Déficit) do Exercício		**(10.958.685)**	**1.870.560**
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado do Exercício Abrangente		**(10.958.685)**	**1.870.560**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávit/Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.260.282**	**7.185.867**	**9.446.149**
Superávit do período		-	1.870.560	1.870.560
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**2.260.282**	**9.056.427**	**11.316.709**
Superávit (Déficit) do período		-	(10.958.685)	(10.958.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**2.260.282**	**(1.902.258)**	**358.024**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2025	2024
Atividade Operacional			
(Déficit) Superávit do exercício		**(10.958.685)**	**1.870.560**
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação	8b	7.225.102	6.642.263
Resultado na baixa de Ativo Imobilizado	8b	(147.305)	552.201
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais		(119.228.835)	(116.423.035)
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		-	87.668
Ajuste ao valor realizável de contas a receber de subvenções		-	(864.331)
(Déficit) do exercício Ajustado		**(123.109.723)**	**(108.134.674)**
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo		**117.258.950**	**112.276.458**
Clientes, Convênios e Subvenções a Receber		5.968.882	3.054.331
Despesas Antecipadas		64.598	3.730
Adiantamentos		67.179	1.563.336
Estoques		558.283	(2.438.342)
Ativo Fiscal		(1.643)	1.063
Subvenções Governamentais Recebidas		110.601.651	110.092.340
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo		**144.750**	**1.699.262**
Fornecedores de bens e serviços		(674.408)	(2.775.299)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		826.840	4.439.611
Outras Obrigações		(7.682)	(213)
Fluxo de caixa Gerado pela Atividade Operacional		**(5.706.023)**	**5.805.883**
Atividades de Investimento			
Aquisição do Ativo Imobilizado	8b	(1.496.680)	(7.758.486)
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		**(1.496.680)**	**(7.758.486)**
Atividades de Financiamento			
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		-	(840.308)
Fluxo de Caixa (Consumido) / Gerado pela Atividade de Financiamento		-	**(840.308)**
(Diminuição)/ Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(7.202.703)**	**(2.792.911)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4.b e 5	26.296.587	29.089.498
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4.b e 5	19.093.884	26.296.587
		(7.202.703)	**(2.792.911)**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Notas apresentadas em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação – Associação Reabilitar, localizada na Av. Higino Cunha, 1515 - Ilhotas, Teresina - PI, 64014-220 fundada em 13 de março de 2006, como Entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, de interesse coletivo, e caráter assistencial de atenção à saúde, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual n° 12.286/06 e Decreto Municipal n° 14.526/14, não possui finalidade lucrativa, além disso, tem como objeto a inclusão social das pessoas com deficiência através de atividades de habilitação, reabilitação e readaptação. A entidade é reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei n° 3.777, de 30 de junho de 2008 e estadual pela Lei Ordinária n. º 5.851, de 17 de junho de 2009.

Para consecução dos seus objetivos, a Organização mantém Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Piauí, Prestação de Serviços ao SUS, Produção e Comercialização de Órteses e Próteses como também recebe Subvenções e Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas.

a. Principais Eventos em 2024 e 2025

Contrato de Gestão da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa

Em abril de 2022, a Associação Reabilitar e o Governo do Piauí, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SESAPI), assinaram o contrato de gestão administrativa e compra dos equipamentos da nova Maternidade Dona Evangelina Rosa.

Inaugurada em 28 julho de 2023, a Nova Maternidade é administrada pela Associação Reabilitar em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi). A unidade de saúde é referência em atendimento a gestantes e bebês de 0 a 2 anos de alto risco, através da oferta de serviços de saúde especializados de qualidade e totalmente custeados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Logo após a inauguração, entraram em funcionamento os serviços do Ambulatório Especializado de Alto Risco e a parte administrativa. O processo de transferência dos pacientes da antiga maternidade para nova unidade de saúde foi iniciado em 26 de novembro de 2023, quando também foram realizados os dois primeiros partos. A transferência ocorreu de forma planejada e gradativa até que todos os pacientes fossem transferidos com segurança. A NMDER entrou em funcionamento completo em 01 de dezembro de 2023.

No ano de 2025, a Associação Reabilitar iniciou as atividades do **Projeto Mais Saúde Mais Vida** implementando ações voltadas a Promoção da saúde, em parceria com Fundação Municipal de Saúde de Teresina.

Atualmente a entidade está realizando investimentos no setor de tecnologia e sistemas e vem realizando investigações para melhoria dos controles internos da Associação Reabilitar.

Demais projetos da Associação Reabilitar

No último ano, o STE transportou mais de 111 mil pacientes que necessitavam se deslocar até Teresina para realizar tratamento médico pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 8 anos, já foram 868 mil beneficiados com o projeto, que abrange 24 municípios, todos localizados no Território Entre Rios.

O Centro Integrado de Reabilitação é especializado no tratamento multidisciplinar de pessoas com deficiência física, auditiva e intelectual. Também são ofertados atendimentos de reabilitação para pacientes com sequelas de Covid-19 e realizados mais de 100 tipos de procedimentos e exames no Centro de Diagnóstico. Os usuários contam, ainda, com os serviços oferecidos através da Oficina Ortopédica, que fabrica e concede produtos sob medidas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado ao contrário.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Entidade.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está incluída, principalmente, na nota explicativa:

• Nota Explicativa 7 – Depreciação

3. Principais Políticas Contábeis

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Entidade para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Entidade tenha aplicado o expediente prático, a Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber com Partes Relacionadas e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem Fornecedores e Outras Contas a Pagar, Adiantamentos de Clientes, Empréstimos e Financiamentos.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo montante original da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade. A Entidade concede normalmente prazo de até 30 dias para o recebimento, depois de efetuado o faturamento, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. Esse prazo é considerado pela administração como parte das condições comerciais inerentes das operações da Entidade, não caracterizando uma operação de financiamento. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (ajuste a valor recuperável) é reconhecida com base na análise dos valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela Administração, representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada e, em geral, compreendem materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

A Entidade controla a obsolescência destes estoques e quando identificada uma provisão para perdas com estes estoques a provisão é constituída.

d) Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, o complexo hospitalar onde são desenvolvidas as operações da Entidade, os quais são demonstrados pelo custo atribuído em 31 de dezembro de 2010, acrescido de gastos incorridos a partir daquela data pelo custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Considerando que historicamente a Entidade não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado será considerado como igual a zero.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – "*Impairment*"

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não são relevantes e são revisados quando houver indicação de possível desvalorização.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

f) Contas a Pagar aos Fornecedores e Serviços Médicos

As contas a pagar aos fornecedores e honorários de serviços médicos são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, uma vez que o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

g) Demais Ativos Circulantes e Não Circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Entidade tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

i) Reconhecimento de Receitas

- **Receitas de Prestação de Serviços**

  A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade, sendo reconhecida com base na etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas dos serviços prestados, na medida em que todos os custos relacionados com os serviços prestados podem ser mensurados confiavelmente.

  A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita, está apresentada líquida de descontos concedidos e glosas.

  As receitas são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

  As doações são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

- **Receitas de Subvenção**

  A Entidade reconhece as suas receitas nas seguintes condições:

  As receitas de subvenção são reconhecidas de acordo com a ITG 2002 (R1) como receitas diferidas no passivo, sendo reconhecidas como receita no resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

  As subvenções governamentais, inclusive a subvenção não monetária a valor justo é reconhecida pela Entidade quando existe segurança de que:

  a) A Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e

  b) A subvenção será recebida.

  A subvenção para custeio é reconhecida como receita e confrontada com as despesas que pretende

compensar, desde que atendidos a norma contábil NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as contrapartidas da subvenção são em conta específica do passivo.

- A Entidade realiza atendimentos a usuários por meio de serviços na área da saúde e de forma complementar, sendo que estes fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS através de contrato com Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.

j) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são compostas por receitas de juros sobre as aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as tarifas bancárias no curso normal das operações da Entidade.

k) Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis requerem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

l) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m)Novas normas contábeis

No exercício corrente, a Entidade aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da Alteração
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Entidade adotou as novas normas do IFRS já revisadas e emitidas, sendo que essas normas ainda não foram adotadas e aplicadas pelo CPC:

Norma	Descrição da Alteração	Data de Vigência
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	Após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	- IFRS 9 são afetados pelas alterações: i) Os requisitos de uso próprio ("own-use") no IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar o IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais. Ii) Os requisitos de contabilidade de hedge no IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas. - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.	Após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.
IFRS 19	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível (definida como subsidiária que não possui responsabilidade pública e que sua controladora final ou qualquer controladora intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS) a prover divulgações reduzidas quando aplicar as IFRS Accounting Standards em suas demonstrações financeiras.	Após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração espera que podem ocorrer impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 e demais.

A Entidade está analisando os possíveis impactos referentes a esse pronunciamento em suas demonstrações financeiras. A Entidade aguardará a orientação do CPC para aplicação desse pronunciamento.

n) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Entidade.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos Potenciais nas Demonstrações Financeiras e Operações Futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Entidade, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.

Fluxo de Caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Entidade, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

Sistemas e Processos Internos: A Entidade precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos**.**

Análise de Créditos Tributários: A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.

Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Entidade e, consequentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Entidade está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço da Entidade.
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

Conclusão:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma mudança estrutural no sistema tributário brasileiro a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Entidade está comprometida em garantir uma transição suave e em mitigar quaisquer impactos adversos, aproveitando as oportunidades que possam surgir com a nova legislação. Quaisquer desenvolvimentos significativos ou estimativas mais precisas dos impactos serão divulgadas em notas explicativas futuras, conforme a evolução da regulamentação e a análise interna da Entidade.

o) Reapresentação das Demonstrações Contábeis por identificação de erro na demonstração do resultado de 2024

Em 2025, a Entidade identificou erros referentes ao exercício de 2024, relacionados à ausência de reconhecimento de despesas custeadas diretamente pela Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI. Entre essas despesas estavam os gastos com servidores efetivos da Secretaria de Saúde, bem como os pagamentos de energia elétrica e água do prédio onde funciona a Maternidade. A não contabilização desses valores resultou em omissão nas demonstrações contábeis, além da falta de registro das receitas vinculadas ao respectivo custeio.

No mesmo exercício, foram constatados erros de classificação entre custos e despesas ocorridos em 2024. Determinados gastos foram indevidamente registrados como despesas, quando deveriam ter sido reconhecidos como custos, impactando a apuração do resultado e a adequada apresentação do desempenho da Entidade.

Diante dessas constatações, as demonstrações contábeis de 2024 estão sendo reapresentadas para fins comparativos, de modo a refletir corretamente os ajustes efetuados e assegurar maior transparência e confiabilidade às informações, especialmente quanto às classificações de depreciação e manutenção alocadas na Sede Administrativa, Maternidade D. Evangelina Rosa e Centro Integrado de Reabilitação.

Demonstração do Resultado

	Nota	2024	Ajustes de Classificação de Custos e Despesas (ii)	Ajustes de reconhecimento de custeio SESAPI (i)	2024 Representado
Receita Operacional Líquida	12	**152.206.387**		58.688.291	210.894.678
Custo com Serviços Prestados	13	(92.232.273)	(7.077.580)	(58.688.291)	(157.998.144)
Custo com Produtos Vendidos	14	(6.939.008)	(3.547.533)		(10.486.541)
Superávit Operacional Bruto		**53.035.106**	**(10.625.113)**	**-**	**42.409.993**
(Despesas) com Atividades de Saúde					
Despesas Administrativas	15	(51.136.309)	10.625.113	-	(40.511.196)
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais					
Outras Receitas Operacionais		353.571	-	-	353.571
Outras Despesa Operacionais		(479.239)	-	-	(479.239)
(Déficit) Antes do Resultado Financeiro		**1.773.129**	**-**	**-**	**1.773.129**
Resultado Financeiro Líquido	16	**97.431**	-	-	97.431
Superávit (Déficit) do Exercício		**1.870.560**	**-**	**-**	**1.870.560**

i. Ajuste de despesas custeadas diretamente pela Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI

	2024	Ajustes	2024 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	-	58.688.291	58.688.291
Custo com Serviços Prestados			
Pessoal – Servidores efetivos da SESAPI	-	(53.670.933)	(53.670.933)
Energia e Água	-	(5.017.358)	(5.017.358)
	-	**(58.688.291)**	**(58.688.291)**

As despesas com pessoal abrangem salários, gratificações, décimo terceiro, contribuições ao INSS e demais encargos relacionados aos servidores efetivos da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí que atuam na Maternidade.

ii. Ajuste de reclassificação entre custos e despesas

Depreciação

	2024	Ajustes	2024 Represented
Custo com Serviços Prestados			
Maternidade D. Evangelina Rosa	130.866	5.438.160	5.569.026
Centro Integrado de Reabilitação	41.847	-	41.847
Despesas Administrativas			
Sede Administrativa	6.469.549	(5.438.160)	1.031.389
	6.642.262	**-**	**6.642.262**

Manutenção

	2024	Ajustes	2024 Reapresentado
Custo com Serviços Prestados			
Maternidade D. Evangelina Rosa	609.216	1.639.420	2.248.636
Centro Integrado de Reabilitação	459.530	3.547.533	4.007.063
Despesas Administrativas			
Sede Administrativa	5.322.548	(5.186.953)	135.595
	6.391.294	**-**	**6.391.294**

Resumo dos Ajustes de Depreciação e Manutenção

	2024	Ajustes	2024 Reapresentado
Custo com Serviços Prestados			
Maternidade D. Evangelina Rosa	740.082	7.077.580	7.817.662
Centro Integrado de Reabilitação	501.377	3.547.533	4.048.910
Despesas Administrativas	-	-	-
Sede Administrativa	11.792.097	(10.625.113)	1.166.984
	13.033.556	**-**	**13.033.556**

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

a. Composição Contábil:

	2025	2024
Fundo Fixo	4.319	7.953
Contas Correntes		
Banco do Brasil	36.805	1.831
Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil	1.967.992	1.021.940
	2.009.116	**1.031.724**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2025 de aproximadamente 10,3% do DI CETIP (CDI).

b. Reconciliação do Caixa e Equivalentes de Caixa e do Caixa Restrito na Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4 e 5	26.296.587	29.089.498
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4 e 5	19.093.884	26.296.587
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**7.202.703**	**2.792.911**

	Nota	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	1.031.724	2.221.571
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	2.009.116	1.031.724
		(977.392)	**1.189.847**
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5	25.264.863	26.867.927
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5	17.084.768	25.264.863
		8.180.095	**1.603.064**
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**7.202.703**	**2.792.911**

5. Caixa Restrito - Aplicações Financeiras

	2025	2024
Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil (21102-8)	45.273	675.308
Banco do Brasil (21467-1)	8.874.224	24.589.555
Banco do Brasil (22423-5)	8.165.271	-
	17.084.768	**25.264.863**

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2024 de aproximadamente 10,8% do DI CETIP (CDI).

Os recursos em conta são decorrentes dos repasses do Contrato de Gestão para administração da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa, para investimentos na aquisição de equipamentos e instalações.

6. Convênios e Subvenções a Receber

a. Composição Contábil:

	2025	2024
Subvenções a Receber		
Contrato de Gestão – CEIR (ii)	860.280	105.021
Contrato de Gestão Nova Maternidade D. Evangelina Rosa (iv)	8.999.999	4.500.000
Transporte Eletivo (Qualisus) (i)	283.141	308.466
CER III	540.000	1.350.000
Programa Rede Viver sem Limites	165.000	457.000
	10.848.420	**6.720.487**
Convênios		
SUS	83.925	791.407
SESAPI	805.419	399.978
	889.344	**1.191.385**
Outras Contas a Receber (iii)	**100.632**	**595.409**
	11.838.397	**8.507.280**

(i) O serviço é uma ação do Governo do Estado do Piauí, através da SESAPI, em parceria com a Associação Piauiense de Municípios (APPM) e com a administração da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação. Tem como objetivo garantir o transporte de ida e volta para realização de consultas, exames eletivos e outros procedimentos em Teresina a pacientes do SUS residentes em municípios do interior do Piauí contemplados pelo projeto.

(ii) Desde 2008 a Entidade possui Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (SESAPI). O Contrato de Gestão define a cada ano as metas de atendimento com o Governo do Estado, sob acompanhamento de uma comissão formada pela Sesapi que avalia os resultados anuais.

(iii) São contas a receber de cartões de crédito e aluguel lanchonete.

(iv) Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa conforme detalhamento da nota 22.

b. Composição por Vencimento

	2025	2024
A vencer	**199.959**	**829.159**
Vencidos	**2.638.439**	**3.178.121**
Vencidos até 30 dias	1.238.165	1.320.726
Vencidos entre 31 e 60 dias	619.202	898.164
Vencidos entre 61 e 120 dias	130.346	352.188
Vencidos entre 121 e 180 dias	391.036	6.450
Vencidos entre 181 e 360 dias	65.386	105.460
Vencidos há mais de 361 dias	194.303	495.134
Subtotal	**2.838.398**	**4.007.280**
Recebíveis Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa.		
A vencer	**-**	**4.500.000**
Vencidos (i)	**8.999.999**	**-**
Vencidos até 30 dias	1.500.000	-
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.500.000	-
Vencidos entre 61 e 120 dias	1.500.000	-
Vencidos entre 121 e 180 dias	4.500.000	-
Subtotal	**8.999.999**	**4.500.000**
Total	**11.838.397**	**8.507.280**

A Superintendência da Associação Reabilitar solicita mensalmente, o recebimento das parcelas em atraso, por meio de ofício direcionado a SESAPI. Além disso os trâmites processuais são acompanhados diariamente pela alta gestão. O repasse está em atraso em decorrência de atraso na análise das prestações de contas pela Secretaria Estadual de Saúde do Piauí – SESAPI dos dois últimos trimestres de 2025.

7. Estoques

	2025	2024
Materiais Médicos	2.355.331	3.765.034
Materiais da Clínica	1.639.767	1.782.651
Materiais de Manutenção Gerais	310.873	213.568
Uso e Consumo	1.394.312	1.488.364
Medicamentos	2.196.915	1.344.683
Mercadorias para Revenda (OPME)	1.526.841	1.315.319
Materiais Primas	1.097.536	952.456
Material de Rouparia	724.259	666.035
Gênero Alimentício	269.822	584.409
Materiais de Expediente	38.580	-
	11.554.236	**12.112.519**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

8. Imobilizado

a. Composição Contábil

			2025	2024
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e Construções	18.851.879	(1.699.995)	17.151.884	17.340.574
Móveis, Equipamentos e Máquinas	61.833.560	(19.642.228)	42.191.332	46.750.585
Veículos	9.425.096	(7.981.133)	1.443.963	1.930.240
Equipamento de Informática	190.194	(19.901)	170.293	2.737.152
Utensílios e Instalações hospitalares	4.848.989	(2.585.378)	2.263.611	179.034
Imobilizado em andamento	385.544	-	385.544	250.159
Outros bens	79.550	-	79.550	79.550
	95.614.812	**(31.928.635)**	**63.686.177**	**69.267.294**

b. Movimentação do Imobilizado

	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024	Adições	Baixas	Transf.	2025
Custo									
Edifícios e Construções	18.851.879	-	-	-	18.851.879	-	-	-	18.851.879
Moveis, Equipamentos e Máquinas	54.358.585	4.780.709	(603.971)	2.311.243	60.846.566	1.058.279	(71.925)	640	61.833.560
Veículos	8.210.334	1.495.058	(355.940)	81.083	9.430.536	-	(5.440)	-	9.425.096
Utensílios e Instalações hospitalares	3.522.450	840	-	-	190.834	-	-	(640)	190.194
Equipamento de Informática	189.995	1.244.286	(189.021)	2.555	4.580.271	303.016	(34.298)	-	4.848.989
Imobilizado em andamento	2.427.916	237.593	(20.468)	(2.394.881)	250.159	135.385	-	-	385.544
Outros bens	79.550	-	-	-	79.550	-	-	-	79.550
	87.640.709	**7.758.486**	**(1.169.400)**	**-**	**94.229.795**	**1.496.680**	**(111.663)**	**-**	**95.614.812**
Depreciação									
Edifícios e Construções	(1.322.615)	(188.690)	-		(1.511.305)	(188.690)	-	-	(1.699.995)
Móveis, Equipamentos e Máquinas	(8.916.481)	(5.402.287)	226.723	(1.988)	(14.095.980)	(5.683.888)	137.640	-	(19.642.228)
Veículos	(7.333.645)	(418.712)	250.228	1.988	(7.500.296)	(535.994)	55.157	-	(7.981.133)
Utensílios e Instalações hospitalares	(2.855)	(8.947)	-	-	(11.801)	(8.100)	-	-	(19.901)
Equipamento de Informática	(1.361.841)	(623.627)	140.248	1.988	(1.843.119)	(808.430)	66.171	-	(2.585.378)
	(18.937.437)	**(6.642.263)**	**617.199**	**-**	**(24.962.501)**	**(7.225.102)**	**258.968**	**-**	**(31.928.635)**
Imobilizado, líquido	**68.703.272**	**1.116.223**	**(552.201)**	**-**	**69.267.294**	**(5.728.422)**	**147.305**	**-**	**63.686.177**

c. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. Os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Edificações	4%	25
Instalações	10%	10
Eletrônicos, Maquinários e Equipamentos	10%	10
Móveis, Máquinas e Equipamentos	10%	10
Veículos	25%	5

d. Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

Anualmente, a Administração avalia a existência de indicadores de que um ativo possa ter seu valor desvalorizado. Em 31/12/2025, não foram identificados indicadores de impairment que exigissem a realização de testes formais de recuperabilidade.

e. Garantias

Em 31/12/2025, não existem ativos imobilizados dados em garantia de obrigações.

9. Fornecedores de bens e serviços

a. Composição Contábil

	2025	2024
Ótima Distribuidora	188.266	1.140
Sigmax Comércio e Distribuição	186.529	85.000
Brasão Engenharia e Vigilância	141.166	-
Supermédica Hospitalar	114.274	-
Ortho Clinical Diagnostics	98.684	-
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	83.831	63.312
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	83.153	102.030
Ethnos Indústria e Comércio Ltda.	79.503	37.363
Frigotil Indústria e Comércio	79.482	37.244
Philips Medical Systems Ltda.	76.381	79.783
Ethnos Próteses	75.558	-
Intermed Ltda.	72.871	245.799
Atomed Produtos Médicos Ltda.	69.300	40.040
Via Diesel Center Ltda.	66.452	117.406
WS Audiology Brasil Ltda.	55.440	95.480
Laboratório Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	53.906	30.641
GN Resound Produtos Médicos Ltda.	53.130	94.710
Biocore Comércio de Produtos Médicos Ltda.	49.874	214.892
DB Curitiba Diagnósticos	41.173	28.232
V. S. de Andrade Serviços	39.970	-
Medprox Produtos Hospitalares	39.660	-
Biosystems Comércio de Produtos Médicos Ltda.	39.125	24.910

Continua...

Continua...	2025	2024
Linet do Brasil Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	38.000	-
AL3 Negócios Múltiplos Ltda.	37.923	12.630
InfoJobs Brasil Atividades de Internet Ltda.	37.400	37.399
Shopmed Hospitalar Ltda.	35.637	-
Equatorial Energia Piauí	31.670	68.754
Clínica de Neurofisiologia	28.094	16.242
Mutual Serviços Ltda.	26.748	-
RMC Comércio de Alimentos Ltda.	26.071	32.333
Supra Soluções Empresariais	24.800	-
Natural Step Indústria e Comércio	22.887	20.593
EME Equipamentos Hospitalares	22.329	-
Athus Hospitalar Ltda.	20.725	-
Multiclínicas Serviços Médicos	18.275	-
Dilepe Indústria e Comércio Ltda.	17.744	-
Panorama Comercial Ltda.	17.371	28.856
B. C. Pereira Ltda.	17.356	25.880
GE Healthcare do Brasil Ltda.	16.799	16.447
White Martins Gases Industriais Ltda.	16.329	221.163
Distribuidora Medeiros Ltda.	16.299	-
CIS – Cirurgiões Associados	15.750	35.000
Global Etiquetas Ltda.	15.193	-
Zilfarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	14.970	-
DB Molecular Diagnósticos	14.814	-
MEDCA Serviços Médicos Ltda.	14.168	-
Litana Serviços Médicos Ltda.	14.031	-
Evolução Serviços Médicos	13.820	-
Medcenter Hospitalar Ltda.	13.661	-
Hospdrogas Comercial Ltda.	13.182	175.111
Meneses & Sampaio Ltda.	13.096	-
Tecnoperfil Plástico Ltda.	12.552	-
Kors do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	12.535	-
Ágil Distribuidora Ltda.	11.289	38.601
Brandão & Brandão Ltda.	6.824	30.287
Teresina Distribuidora Ltda.	5.923	18.372
Infocompany Soluções em Tecnologia	4.275	97.800
Z Measure Soluções Ltda.	4.100	59.750
Nutrimater – Filial	1.900	19.360
Tecniquímica Ltda.	1.260	35.831
MV Informática Nordeste Ltda.	1.155	21.365
Sodine Distribuidora Ltda.	516	38.329
Bioxxi Produtos Hospitalares	-	213.762
Ortomix Ortopedia Brasil Ltda.	-	145.040
Laboratórios B. Braun S.A.	-	124.578
Telemax Diagnóstico por Imagem Ltda.	-	46.238
Plastvivo Indústria e Comércio	-	37.883
Shopping Saúde Ltda.	-	26.910
Núcleo do Trabalhador	-	24.099
Médica Hospitalar Ltda.	-	22.582
Sênior Sistemas S.A.	-	22.178
Flukka Farma Distribuidora	-	16.200
AS Medical Lab Ltda.	-	15.630
Surgimed Hospitalar Ltda.	-	10.000
Ampla Kennedy Comércio	-	2.179
Outros Fornecedores	239.021	323.264
	2.704.220	**3.378.628**

b. Títulos a Pagar por Vencimento:

	2025	2024
A vencer		
até 30 dias	1.645.504	2.507.999
entre 31 a 60 dias	479.513	495.280
entre 61 a 120 dias	132.123	200.735
há mais de 121 dias	78.590	84.418
Vencidos		
até 30 dias	266.078	66.104
entre 31 a 60 dias	22.866	656
entre 61 a 120 dias	737	404
Entre 121 a 180 dias	47.225	-
há mais de 181 dias	31.582	23.032
	2.704.220	**3.378.628**

10. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	2025	2024
Férias a Pagar	-	5.200.636
INSS a recolher	380.424	387.503
FGTS a recolher	614.915	490.363
IRRF a recolher	262.455	215.051
Demais Trabalhistas	419.854	113.284
	1.677.648	**6.406.837**

Em dezembro de 2025 o total de funcionários da Associação Reabilitar era de 1.589 funcionários. Eram 1.508 funcionários em dezembro de 2024.

11. Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais

As receitas diferidas são oriundas de subvenções governamentais contratadas com o governo federal para aquisições de bens do ativo imobilizado.

a. Composição Contábil

	2025	2024
Contrato de Gestão do Prédio (1)	15.124.320	15.290.836
Mercadorias Doadas pela RFB (2)	782.360	830.463
Convênio Nº 878446.2018 (3)	534.794	693.647
Convênio Nº 877912.2018 (3)	160.995	197.304
Bens SESAPI	108.581	115.345
Emenda Ismar Marques - 102/14	-	10.788
Mercadorias Doadas - Receita Federal	30.818	37.363
Elevador CEIR 2020	65.000	78.000
Mercadorias Doadas Receita Federal - Bazar 2021	250.810	293.512
Contrato de Gestão nº230/2020 - Reabilitar – Sesapi	-	221.342
Contrato de Gestão – MDER (4)	79.612.292	78.228.555
	96.669.970	**95.997.155**
Curto Prazo	**10.765.177**	**9.392.228**
Longo Prazo	**85.904.793**	**86.604.927**

b. Movimentação do saldo de Receitas Diferidas de Subvenções:

	Saldo de Receitas Diferidas	Receitas Reconhecidas no período	Recursos de subvenção para custeio/ investimento Recebidos	Contas a Receber	Saldo de Receitas Diferidas o final do período
Contrato de Gestão do Prédio (Higino Cunha) (1)	15.290.836	(166.516)	-	-	15.124.320
Mercadorias Doadas - Receita Federal (2)	830.463	(48.103)	-	-	782.360
Convênio Nº 878446.2018 (3)	693.647	(158.853)	-	-	534.794
Convênio Nº 877912.2018 (3)	197.304	(36.309)	-	-	160.995
Bens Sesapi	115.345	(6.764)	-	-	108.581
Emenda Parlamentar - Ismar Marques - 102/14	10.788	(10.788)	-	-	-
Mercadorias Doadas - Receita Federal	37.363	(6.545)	-	-	30.818
Elevador CEIR 2020	78.000	(13.000)	-	-	65.000
Mercadorias Doadas Receita Federal - Bazar 2021	293.512	(42.702)	-	-	250.810
Contrato de Gestão nº230/2020 - Reabilitar – Sesapi	221.342	(221.342)	-	-	-
Emenda Senador Elmano Ferrer	-	(300.000)	-	300.000	-
Emenda Parlamentar - Rejane Dias - 98/14	-	(1.000.000)	1.000.000	-	-
Subtotal	**17.768.600**	**(2.010.922)**	**1.000.000**	**300.000**	**17.057.678**
					-
Contrato de Gestão – MDER (4)	**78.228.555**	**(178.616.244)**	**170.999.982**	**8.999.999**	**79.612.292**
Total	**95.997.155**	**(180.627.166)**	**171.999.982**	**9.299.999**	**96.669.970**

(1) Referente à contabilização do prédio localizado na Av. Higino Cunha, cedido pelo Governo do Estado do Piauí através do contrato de Gestão n° 248/2013;

(2) Referente ao recurso da venda de mercadorias no bazar e incorporação de equipamentos de informática ao patrimônio da Entidade, oriundos das mercadorias doadas pela Receita Federal, conforme ADM/SRRF03/RF n° 06 de abril de 2017, processo nº 10384.721327/2017-61. Este recurso foi aplicado em projetos de ampliação e melhoria nos atendimentos da Entidade, através de construção de uma academia, aquisição de elevadores e troca de outros equipamentos;

(3) Refere-se à aquisição de equipamento e material permanente visando o fortalecimento do SUS, através de Convênio firmado com o Ministério da Saúde.

(4) Refere-se a obrigações decorrentes do Contrato de Gestão para administração da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa recebidos para cumprimento do objeto do contrato que consistem na aquisição de equipamentos, gestão administrativa e contratação de pessoal no período determinado no Contrato de Gestão. Os valores registrados nos passivos têm suas contrapartidas aplicadas em ativos que são caixa e equivalentes, estoques e imobilizados adquiridos com recursos recebidos no âmbito deste Contrato de Gestão.

12. Contingências

A Associação não constituiu provisão para contingências no período atual, uma vez que não foram identificados passivos ou obrigações potenciais que atendam aos critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. De acordo com as normas vigentes, uma provisão deve ser reconhecida quando:

- Existe uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado;
- É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- O valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

Após análise criteriosa, a entidade concluiu pela inexistência de provisões para perdas prováveis. Da mesma forma, a administração não identificou passivos contingentes (perdas possíveis) nem ativos contingentes que demandem divulgação.

13. Partes Relacionadas

a. Partes Relacionadas Identificadas

A Administração da Entidade não identificou a existência de partes relacionadas nos exercícios de 2025 e 2024.

b. Transações Efetuadas

A Administração da Entidade não realizou transações com partes relacionadas nos exercícios de 2025 e 2024.

14. Receitas Operacionais

	2025	2024 Reapresentado
Contrato de Gestão CEIR (i)	12.602.503	12.730.712
SUS - Sistema Único de Saúde	5.226.890	6.260.575
Contrato de Gestão MDER (v)	117.217.915	115.875.243
Contrato de Gestão MDER – Custeio SESAPI (vi)	61.398.330	58.688.291
Subvenção Governamental (iv)	7.071.862	497.291
Transporte Eletivo (Qualisus) (ii)	4.737.802	4.737.802
CER III (iii)	3.240.000	3.240.000
Oficina Itinerante - Projeto Passo a Frente	2.182.878	1.045.619
Contrato de Gestão do CER IV - Parnaíba	-	914.623
Programa Rede Viver Sem Limites	876.000	876.000
Doações	1.498.438	1.705.700
Produção da Oficina	83.606	173.161
Maternidade D. Evangelina Rosa	-	33.681
Centro de Diagnóstico	100	8.930
Repasses Piso Nacional	42.702	4.994.680
		2.401
Subtotal	**216.179.026**	**211.784.709**
Deduções da Receita		
Vendas Canceladas, Deduções e Desc.	-	(1.620)
Serv. Cancelados, Devoluções e Desc.	(76.904)	(884.226)
ICMS	-	(4.185)
Subtotal	**(76.904)**	**(890.031)**
Receita Operacional Líquida	**216.102.122**	**210.894.678**

(i) Refere-se a repasse mensal em decorrência do Contrato de Gestão nº 248/2013 firmado entre a Associação Reabilitar e a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí com a obrigação da Associação Reabilitar de realizar o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde, mediante recebimento de valor mensal de R$ 922.000, para auxílio financeiro nos custos e despesas no âmbito dos atendimentos. A vigência do contrato tem prazo final até 29 de agosto de 2024. Consta também acréscimo de R$ 128.208 referente ao Pós-covid Teresina.

(ii) Refere-se a repasse mensal em decorrência do contrato 094/2015 repassados pelo Estado do Piauí equivalente a 60% e 40% pelos municípios que financiam o transporte de pacientes eletivos no SUS para Teresina-PI. Este serviço é realizado através de contrato celebrado entre o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e a Associação Piauiense de Municípios (APPM). É um serviço feito através de ônibus que fica sob a responsabilidade da Entidade. A receita média é de cerca de R$ 270.000 mensais, podendo ser interrompida a qualquer momento pelos contratantes.

(iii) O CER III refere-se a recebimento de recursos de incentivos financeiros de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, no valor mensal de R$ 200.000. O repasse do incentivo é condicionado a utilização de prontuário único para cada paciente; condução da atenção aos usuários conforme diretrizes estabelecidas por instrutivos; estrutura física e funcional e de equipe multiprofissional devidamente qualificada capacitada para a prestação de assistência especializada para pessoas com deficiência, constituindo-se como referência em habilitação/reabilitação, conforme requisitos definidos pelo Ministério da Saúde.

(iv) Refere-se ao reflexo no resultado da receita de subvenções relativas a ativos imobilizados. A receita é reconhecida de modo racional em conformidade com a vida útil dos ativos. conforme ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade De Lucros. Na nota explicativa nº 11 apresentamos a movimentação nas Receitas Diferidas de Subvenção Governamentais.

(v) Refere-se ao reflexo no resultado da receita de subvenções relativas a custeio da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa. A receita é reconhecida na medida em os recursos são aplicados na operação. conforme ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade De Lucros. Na nota explicativa nº 11 apresentamos a movimentação nas Receitas Diferidas de Subvenção Governamentais.

(vi) Recursos recebidos para o custeio dos servidores efetivos da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí cedidos à Maternidade Dona Evangelina Rosa, bem como para o pagamento das despesas de consumo de energia elétrica e água da maternidade.

15. Custos dos Serviços Prestados

a. Composição por atividade

	2025	2024 Reapresentado
Atividades de Habilitação, Reabilitação. e Readaptação	8.547.677	20.515.598
Centro de Diagnóstico	2.118.004	2.318.430
Transporte Eletivo (Qualisus)	3.444.154	1.856.501
Reabilitação pós-covid	603	174.966
Maternidade Dona Evangelina Rosa	167.976.628	127.563.623
Depreciação	5.847.478	5.569.026
Mais Saúde Mais Vida (nota 17)	87.516	-
	188.022.060	**157.998.144**

b. Composição por natureza

	2025	2024 Reapresentado
Salários	39.893.693	35.570.147
Salários (Servidores Efetivos – SESAPI) (i)	56.557.592	53.670.933
Energia e água – SESAPI (i)	4.840.738	5.017.358
Serviços Médicos	36.551.219	30.747.772
Materiais aplicados	24.824.134	12.747.913
Férias	4.691.235	3.305.850
FGTS	3.509.934	2.839.860
Décimo Terceiro	3.462.131	2.706.578
Manutenção	7.074.466	2.248.636
Indenizações	327.202	354.112
Medicamentos	162.154	176.555
Softwares	171.100	150.678
Depreciação	5.847.478	5.569.026
Combustível	67.352	58.447
Diárias, Viagens e Ajuda de Custo	1.170	20.021
Outros	40.462	2.814.258
	188.022.060	**157.998.144**

i. Despesas incorridas nas prestações de serviços da Maternidade e pagas diretamente pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI. O montante em 2025 foi de R$ 61.398.330, em 2024 foi R$ 58.688.291.

16. Custos com Produtos Vendidos

a. Composição por atividade

	2025	2024 Reapresentado
Oficina Ortopédica	2.681.260	6.615.253
Oficina Ortopédica Itinerante	107.990	591.530
Custo c/ Mercadoria	2.972.251	3.237.911
Depreciação	42.192	41.847
	5.803.693	**10.486.541**

b. Composição por natureza

	2025	2024 Reapresentado
Materiais aplicados	4.961.733	5.578.603
Salários	538.089	510.939
Manutenção	8.090	4.007.063
Diárias, Viagens e Ajuda de Custo	105.600	121.715
Indenizações Trabalhistas	3.508	63.739
FGTS	41.044	52.687
Férias	59.002	52.261
Décimo Terceiro	44.435	51.903
Depreciação	42.192	41.847
Combustível	-	5.784
	5.803.693	**10.486.541**

17. Despesas Administrativas

	2025	2024 Reapresentado
Salários	13.501.932	11.182.253
Manutenção	29.272	135.595
Serviços Prestados PJ	5.529.788	6.107.296
Depreciação	1.154.698	1.031.389
Vigilância, Segurança e Agente de Portaria	2.272.591	3.632.606
Material de Uso e Consumo	81.363	8.194.429
Software	1.615.976	1.320.550
Férias	2.015.979	1.467.829
Encargos Sociais – FGTS	1.609.672	1.414.957
Energia	454.370	587.347
Décimo Terceiro Salário	1.345.086	1.180.867
Despesas Bancárias	45.388	241.182
Alimentação do Trabalhador	566.208	519.212
Água	337.462	195.558
Plano de Saúde	591.891	515.357
Seguros	608.210	448.022
Vale Transporte	338.042	334.083
Locação de equipamentos	704.012	519.305
Aluguéis	543.449	457.510
Diárias, Viagens e Ajuda de Custos	89.459	58.712
Indenizações Trabalhistas	39.819	166.851
Combustível	-	31.499
Serviços Gráficos	104.887	133.387
Outras despesas administrativas	1.185.380	635.400
	34.764.934	**40.511.196**

18. Resultado Financeiro Líquido

	2025	2024
Rendimentos Aplicações Financeiras	1.842.302	168.153
	1.842.302	**168.153**
IOF s/ Rendimentos de Aplicação	(21.921)	(5.303)
IRRF s/ Rendimentos de Aplicação	(312.958)	(65.419)
	(334.880)	**(70.722)**
	1.507.423	**97.431**

19. Programa Mais Saúde Mais Vida

A Entidade No ano de 2025, a Associação Reabilitar iniciou as atividades do **Projeto Mais Saúde Mais Vida** implementando ações voltadas a Promoção da saúde, em parceria com Fundação Municipal de Saúde de Teresina.

O projeto **Mais Saúde, Mais Vida** é uma iniciativa da Associação Reabilitar que tem como foco a promoção da saúde e a prevenção de doenças, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população adulta do município de Teresina (PI). A ação é desenvolvida por meio de estratégias educativas, práticas de autocuidado e acompanhamento multiprofissional.

Custos e Despesas	**2025**	**2024**
Salários	60.524	-
Férias	3.972	-
13 Salário	2.483	-
Indenizações Trabalhistas	181	-
Encargos Sociais - FGTS	2.943	-
Serviços Prestados - PJ	12.161	-
Alimentação do Trabalhador	547	-
Depreciação e Amortização	2.252	-
Energia	1.769	-
Água	684	-
	87.516	**-**

20. Tributos sobre as Atividades e Certificações

a. Certificações

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação teve seu pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, deferido em 13 de agosto de 2014, passando a usufruir das imunidades abrangidas pelo CEBAS – Saúde a partir desta data, conforme dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) conforme Portaria SAES/MS nº 2.378 de 24/12/2024, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 30/12/2024, com validade de 01/01/2025 a 31/12/2027 que deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde.

b. Tributação

Nos termos do artigo 150 da Constituição Federal de 1988 e conforme o que dispõe o artigo 14 da Lei nº 5.172/66, a Associação Piauiense de Combate ao Câncer Alcenor Almeida não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão. Portanto, é imune dos seguintes tributos:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - conforme o que preceitua a Lei Federal nº 9.532/1997.

ii. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros - como previsto na legislação fiscal vigente, inclusive, a Entidade tem enviado regularmente às instituições financeiras com as quais realiza operações financeiras, declaração de que é imune e, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações financeiras.

iii. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a Entidade possui o Certificado de Imunidade Tributária vigente desde 17 de outubro de 2017. De acordo com o novo Código Tributário Municipal, Lei nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016, no seu Art.8º, § 7º, não estabelece mais prazo de validade do Certificado de Imunidade Tributária. Conforme Despacho 55/2021-DPAF-GEISS-SEMF de 04 de outubro de 2021, a Divisão de Planejamento Fiscal do município de Teresina avaliou pela não necessidade no momento de uma nova ação fiscal para análises do cumprimento dos requisitos da imunidade tributária.

iv. A Entidade conta com imunidade em relação a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) por se enquadrar no artigo 15 da Lei no 9.532/97.

v. A Entidade conta com imunidade em relação a Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sob prestações de serviços e rendimentos de aplicações financeiras - por decisão transitada em julgado - Acórdão no 9303-01.521 - 3a Turma Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

vi. A imunidade da contribuição a cargo da Entidade, destinada à Seguridade Social - Patronal (INSS) está relacionada a Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

Em atendimento ao art. 169, inciso VIII, alínea (d) da Portaria de Consolidação MS/GM nº 01 de 28/09/2017, são demonstrados a seguir, os valores, passíveis de mensuração razoável, relativos aos benefícios fiscais usufruídos, àqueles elencados no art. 55, da Lei 8.212/91, durante os exercícios de 2025 e 2024:

		2025	2024
Total dos Proventos do período – base de cálculo	**Alíquota**	**59.019.910**	**50.239.501**
Contribuição Patronal de INSS	20,0%	11.803.982	9.772.075
Alíquota RAT x FAP	3,0%	1.770.597	1.465.811
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	2,5%	1.475.498	1.221.509
		15.050.077	**12.459.395**

c. Atividades de Assistência Social

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação – Associação Reabilitar, durante o exercício social de 2025, não captou recursos e não promoveu nenhuma Atividade de Assistência Social.

21. Atendimentos SUS e não SUS

A Entidade apresenta indicadores que firmam o cumprimento das metas estabelecidas, cujo resultado operacional é o comprometimento do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), mas, a remuneração individual recebida torna-se insuficiente devido ao alto custo operacional dos serviços prestados, gerando déficits que são compensados com outras receitas provindas de outros convênios, doações e subvenções governamentais.

A Entidade da Área de Saúde faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme a Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021 do Ministério da Saúde, que dispõe o processo de Certificação das Entidades Beneficente de Assistência Social na área de Saúde (CEBAS-SAÚDE), ofertando a prestação dos

seus serviços ao SUS, apresentando o seu percentual de 96,28%, entretanto obrigatoriamente, informará ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida, a sua totalidade dos atendimentos realizados por pacientes usuários do SUS, como também, a sua totalidade dos atendimentos realizados para pacientes não usuários do SUS, atendendo durante o exercício o percentual de atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde, sendo superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

Produção Própria - Pacientes-Dia SUS e Não SUS - Sistema SIH/CIHA

Mês	Atendimento SUS	Atendimentos Não SUS	Total no Mês	% SUS Mês	% SUS Acumulado
Janeiro	7.521	175	7.696	97,73%	97,73%
Fevereiro	8.054	290	8.344	96,52%	97,10%
Março	7.322	160	7.482	97,86%	97,34%
Abril	6.874	208	7.082	97,06%	96,24%
Maio	7.980	215	8.195	97,38%	97,30%
Junho	7.591	-	7.591	100,00%	97,74%
Julho	8.370	-	8.370	100,00%	98,09%
Agosto	8.015	-	8.015	100,00%	98,33%
Setembro	7.261	-	7.261	100,00%	98,50%
Outubro	7.002	-	7.002	100,00%	98,64%
Novembro	5.645	-	5.645	100,00%	98,73%
Dezembro	4.281	-	4.281	100,00%	98,80%
	104.795	**2.733**	**107.528**	**98,80%**	

22. Trabalho Voluntário

O Trabalho Voluntário está dividido em Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, os valores aos quais seriam repassados aos colaboradores voluntários da Associação Reabilitar, seriam calculados com base no Salário-Mínimo Vigente.

	2025	2024
Conselho de Administração	60.720	21.667
Conselho Fiscal	18.216	26.667
Diretoria	36.432	18.333
	115.368	**66.666**

23. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui superintendência executiva, superintendência multiprofissional, superintendência administrativa financeira, coordenadores, gerentes e supervisores, contadores sendo todos celetistas. A remuneração, que é estipulada de acordo com o valor de mercado, paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por seus serviços está apresentada a seguir:

	2025	2024
Salários e benefícios de curto prazo, a empregados.	2.405.960	2.556.339
	2.405.960	**2.556.339**

24. Contrato de Gestão Nova Maternidade da Dona Evangelina Rosa

a. Sobre o Contrato de Gestão NMDER N° 32/2022

O referido contrato tem por objeto a celebração de parceria com a Associação Reabilitar para a gestão administrativa, aquisição dos equipamentos para Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa e contratação de pessoal. Necessário destacar que em 21/08/2023 foi assinado Termo Aditivo nº 01/2023 que tem por objeto a alteração das cláusulas quinta, sexta, nona e do Anexo 3 (Plano Operativo) do Contrato de Gestão N° 32/2022 e a inclusão de novas cláusulas contratuais para o RECURSO DE CUSTEIO visando o gerenciamento e operacionalização das atividades da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa.

b. Relação Associação Reabilitar x Nova Maternidade D. Evangelina Rosa

A assistência à saúde é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e para isto toda a linha de cuidado deve ser eficiente, efetiva e eficaz, desde a atenção básica até os procedimentos de alta complexidade, de forma organizada e hierarquizada, com foco na qualidade dos serviços prestados, segundo o grau de complexidade de assistência requerida.

A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos, e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados. A necessidade premente de complementar a oferta de serviços assistenciais especiais e de alto custo, com o objetivo de minimizar substancialmente a demanda reprimida observada é mandatória, que influencia diretamente na ampliação do acesso universal aos ditos serviços assistenciais que devem ser disponibilizados universalmente pelo SUS.

Com essa premissa a Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação – Associação Reabilitar, inscrita no CNPJ Nº 07.995.466/0001-13, Organização Social sem fins lucrativos, detentora do título de entidade de utilidade pública municipal, estadual e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, foi contratada para gestão da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa, por se enquadrar nos requisitos da Lei Estadual nº 7.612/2021.

Neste sentido, destaca-se a importância da implementação, através da contratualização desta Organização Social para o gerenciamento de forma eficaz e eficiente do objeto com a administração do Recursos Humano (RH) e aquisição de equipamentos para o funcionamento da Nova Maternidade Evangelina Rosa (NMDER) e contratação de colaboradores para atuar neste estabelecimento de saúde.

c. Porte e Estrutura da NMDER

Unidade hospitalar tipo maternidade de alto risco obstétrica e neonatal, urgência e emergência obstétrica e neonatal de alto risco e ambulatorial obstétrica e neonatal de alto risco (Grande porte – atenção secundária e terciária da saúde). A Estrutura física composta de 08 andares, 05 anexos, 293 leitos.

d. Operacionalização do Serviço

A Associação Reabilitar iniciou a gestão dos serviços da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa em 08/08/2024 com a abertura do Ambulatório de Atendimento Especializado para crianças de 0 a 02 anos, e na sequência para gestantes de alto risco, implantando os serviços com recursos humanos e técnicos qualificados e com acesso via rede do SUS, oferecendo atendimentos de referência secundários e terciários em assistência obstétrica e neonatal de acordo com sua capacidade instalada e sua capacidade técnica operacional.

Em 27/11/2023 foi iniciou o processo de transferência dos serviços hospitalares, conforme modalidades abaixo descritas: unidade hospitalar tipo maternidade de alto risco obstétrica e neonatal, urgência e emergência obstétrica e neonatal de alto risco. Assim, em meados de 10 de dezembro de 2023 a Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa passa a funcionar na sua plenitude.

25. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Entidade estão restritos a investimentos de curto prazo, contas a receber e empréstimos e financiamentos em condições normais de mercado. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa e juros depósitos bancários: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Clientes, convênios e subvenções governamentais a receber e outros ativos: são reconhecidos pelo justo.
- Adiantamentos e Despesas Antecipadas: são reconhecidos pelo valor justo.
- Fornecedores de bens e serviços: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições;

Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais representam o valor justo em reais das obrigações a cumprir com os contratos.

a. Risco de Crédito

A Entidade não possui risco devido ao perfil dos recebíveis, em sua maioria decorrentes de contratos de gestão com o setor púbico e contratualização com Sistema Único de Saúde.;

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de Liquidez

A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Entidade possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata.

c. Gestão de Risco de Capital

Os objetivos da Entidade na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Entidade estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2025 Valor contábil	2025 Valor Justo	2024 Valor contábil	2024 Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	2.009.116	2.009.116	1.031.724	1.031.724
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	1	17.084.658	17.084.658	25.264.863	25.264.863
Convênios e Subvenções a receber	1	11.838.397	11.838.397	8.507.280	8.507.280
		30.932.172	**30.932.172**	**34.803.867**	**34.803.867**
Passivos					
Fornecedores de bens e serviços	1	2.704.220	2.704.220	3.378.628	3.378.628
Outras Obrigações	1	1.683.998	1.683.998	1.087.906	1.087.906
		4.388.218	**4.388.218**	**4.466.534**	**4.466.534**

e. Instrumentos Financeiros por Categoria

	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2025 Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	2.009.116	-	-
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	17.084.658	-	-
Convênios e Subvenções a receber	-	11.838.397	-
	19.093.774	**11.838.397**	**-**
Passivos			
Fornecedores de bens e serviços	-	-	2.704.220
Outras Obrigações	-	-	1.683.998
	-	**-**	**4.388.218**
	19.093.774	**11.838.397**	**4.388.218**

	2024		
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	1.031.724	-	-
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	25.264.863	-	-
Convênios e Subvenções a receber	-	8.507.280	-
	26.296.587	**8.507.280**	**-**
Passivos			
Fornecedores de bens e serviços	-	-	3.378.628
Outras Obrigações	-	-	1.087.906
	-	**-**	**4.466.534**
	26.296.587	**8.507.280**	**4.466.534**

Edilson Pereira da Silva
Contador
CRC-PI 005002/O-1

Walter de Sousa Oliveira
Superintendente Adm./Financeiro
C.R.A. 0364-PI

Aderson Luz Carvalho
Superintendente Executivo

Benjamim Pessoa Vale
Presidente
CRM N° 1916/PI

* * * *